

O JORNAL 18/07/1975

A Revolução à procura de um Governo

Cáceres Monteiro

Só dentro de alguns dias o País conhecerá o quinto Governo provisório, cuja constituição se vai revelar bastante difícil. Com efeito, por enquanto, há um único facto assente: ninguém fará parte do Governo como representante de partidos. A dúvida, neste momento, é se os partidos políticos terão uma participação indirecta, através de militantes seus, escolhidos pela «reconhecida competência», ou se o Governo será formado por elementos do MFA e personalidades «apartidárias». Enquanto este processo decorre e se especula — nem sempre séria e inocentemente — no respeitante a nomes, uma questão se coloca. Será que a nova fase do processo revolucionário (mais uma) pode deter esta bola de neve de dificuldades, de erros, de desencanto e de desconfiança?

E, aliás, nas razões profundas desta nossa crise que devem ser procuradas as causas autênticas da falência da coligação, que não foi morta, fez «hara-kiri». O Partido Socialista saiu do Governo por causa do caso «República» e em virtude das decisões da última Assembleia do MFA. Mas, sobretudo, porque considera que a situação não tem saída. O PPD pôs, para ficar, condições que sabia não poderem ser aceites. Porque não queria ficar. E pretendeu sair.

não quis ser corrido. Quanto ao PCP e ao MDP, sabe-se que não é viável uma coligação em que eles sejam as únicas organizações representadas. Por isso, em S. Bento, Alvaro Cunhal arruma já os papéis. A sua permanência, bem como a de qualquer ministro nomeado partidariamente, está posta de lado.

O que se passou nos últimos dias constituiu, pois, em grande parte, uma encenação. Foi, por exemplo, falsa a expectativa criada em torno da saída ou permanência do PPD no Governo.

De qualquer forma, e qualquer que seja a solução da crise, a queda da coligação é um triste castigo para os partidos, que nunca souberam colaborar no campo das realidades práticas, para além das divergências naturalmente existentes ao nível da ideologia.

Vamos, pois, ter um Governo mais operacional. Com a vantagem da eficiência. E sem grandes desvantagens — se atendermos a que até agora os ministros reflectiram menos as «divergências políticas» do que «manobristas de cúpula». Mas que papel irá ter este futuro Governo na vida política portuguesa? Qual o lugar a ocupar por este centro de decisão entre os outros centros de decisão existentes?

O quarto Governo provisório

morreu como sempre funcionou: aos bocados. Primeiro, abandonaram-no os elementos socialistas, depois os do PPD. Entretanto apresentaram a demissão Almeida Santos, Silva Lopes e João Martins Pereira, que publicou um importante documento a explicar as razões da saída.

Sobre a constituição do novo Governo têm-se posto muitas hipóteses quase todas sem confirmação, de momento. De concreto, apenas se sabe que o Primeiro-Ministro será Vasco Gonçalves. Também não é provável que a equipa económica sofra grandes alterações. Aliás, essa equipa enquadra-se no espírito definido para o novo Governo. Mário Murteira, Oliveira Baptista, João Cravinho são personalidades «independentes».

Especial revelância deverá ter, na presente conjuntura, o grupo conhecido pela designação de «ex-MES», que se tem alargado ultimamente e está a ganhar coesão. No entanto, o documento de João Martins Pereira já causa «embaraços» e poderá impedir algumas respostas afirmativas. Sabe-se, também, que o artigo teve a maior repercussão ao nível do Movimento das Forças Armadas.

Tudo dependerá, em última análise, do critério que o MFA resolver seguir.

A audiência da tarde de quinta-feira com os representantes dos partidos indica que se poderá tentar manter um certo equilíbrio. Tratar-se-ia de «batalhar e tornar a dar», embora sem «ases». A solução de pessoas totalmente desligadas de partidos poderá ficar reservada para uma próxima oportunidade. Por outro lado, não parece nada provável a hipótese de o novo Governo se apoiar numa coligação de grupos de esquerda — PCP, MES, UDP e FSP. A influência e as pressões do estrangeiro poderão vir a provocar algumas «correções». As últimas notícias que nos chegam, relativamente à política de concessão de empréstimos, são, aliás, reveladoras.

A coligação que caiu agora tinha, em princípio, prazo até ao fim de Julho, para mostrar o que valia. E, recorda-se, a crise económica era a «pedra de toque». A coligação desistiu a meio. Aliás, nada fazia prever que os partidos se pudessem pôr de acordo sobre essas questões. Ao nível político a divisão era cada vez maior. A guerra de acusações entre o PCP e o PS atingiu um nível nunca antes alcançado. A oposição entre PPD e PS agravou-se sensivelmente (incidente de quarta-feira na Constituinte, declarações de Emídio Guerreiro ao semanário espanhol «Guadiana», etc.). De assinalar, no âmbito destas lutas partidárias, que frequentemente as realizações do PS apareceram classificadas, ultimamente, pelo PC, como «reaccionárias» e «contra-revolucionárias».

Segundo diversos observadores políticos, a escalada de agressividade verbal do Partido Comunista surge como forma de disfarçar e contrariar importantes «cedências» que já se fazem sentir ou estão em perspectiva.

A concretizar-se a improvável hipótese de abandono completo do Governo por parte do PC, esse recuo poderia assu-

mir proporções significativas. Com efeito, a perda de posições governativas acarretaria uma quebra de força em diversos níveis do aparelho de Estado e na Imprensa. Numa ocasião em que a diminuição de influência do PC é evidente e se poderá agravar com as próximas eleições para os sindicatos... Sabe-se, aliás, que o Partido Comunista está a travar contactos com diversos agrupamentos políticos de esquerda (não maoístas), até agora bastante marginalizados, precavendo-se, assim, do risco de isolamento.

Aliás, a possibilidade de afastamento dos partidos políticos

e a tomada do controlo total pelo MFA, é encarada com má vontade por parte do Partido Comunista, que não perde oportunidade para recordar o «papel insubstituível» dos «partidos e organizações autenticamente revolucionários», embora ainda não tenha definido muito bem o critério de avaliação.

Os próximos dias vão ser extremamente importantes para clarificar o que se passa em Portugal. Sobretudo para isso. O processo de constituição do Governo e a Assembleia do MFA fazem aguardar com especial expectativa a próxima semana, em que Angola continuará na agenda das preocupações.



MARTINS PEREIRA
SC1. VIDA PÚBLICA
SSC1, SEIT
SR22. RECORTES

13

Cravinho e Sampaio

Condução pelo MFA do processo político

MARTINS PEREIRA
SCI. VIDA PÚBLICA
SSCI, SEIT
SR22, RECORTES



«A presente fase da revolução portuguesa pode ser globalmente caracterizada por uma crise económica grave, pela agudização da luta de classes, por uma crise do poder político, e, enfim, por uma incapacidade de definir qual a base actual do regime e pôr em prática uma política coerente e compatível com ela» — escrevem o eng.^o João Cravinho, ministro da Indústria, e Jorge Sampaio, secretário de Estado da Cooperação Externa, a abrir um longo documento de análise à actual situação política que entregaram ontem ao Primeiro-Ministro general Vasco Gonçalves, com quem tiveram uma reunião de trabalho de mais de duas horas.

Nesse documento os seus autores fazem uma análise crítica da situação actual referindo-se nomeadamente a uma crise geral do sistema resultante do facto da burguesia já não ser capaz de governar e o proletariado ainda não ser capaz de o fazer. Apoiando o documento-guia sobre a aliança Povo-MFA como passo importante no processo, salientam, no entanto, que na prática não se podem privilegiar correntes minoritárias embora dotadas de grande coesão interna.

Criticando nomeadamente o «populismo», a multiplicidade dos centros de decisão e a falta de autoridade do Estado, afirma-se que o bloco social de apoio à fase actual da revolução deve ser constituído pelo proletariado urbano e rural, largos estratos da pequena burguesia e os quadros técnicos e intelectuais progressistas.

Em outro passo do documento salienta-se: «Falhadas assim as soluções já experimentadas (não ingerência na governação e intervenção mitigada) só resta a assunção pelo MFA da condução política do processo português, com total exclusão de quaisquer prolongamentos ou sucedâneos da actual coligação. Só assim será possível restituir ao Executivo o mínimo de credibilidade e dotá-lo da eficácia necessária à superação da crise

económica e social iminente».

Outros pontos da actual situação e do processo são analisados neste texto de 14 páginas onde se acentua não haver incompatibilidade entre socialismo e existência de partidos, pelo contrário, e igualmente se defende o sufrágio, mas não a exclusiva representatividade de uma única assembleia eleita.

E, além da defesa de vários pontos de vista a merecer atenta reflexão, João Cravinho e Jorge Sampaio, dois ex-MES, afirmam no seu documento: «É sabido que a extinção do Estado é uma meta própria da sociedade sem classes: antecipar fases históricas conduz apenas a perder o adquirido. Na ausência de um reforço imediato do Estado teremos a anarquia, o oportunismo instalado a todos os níveis e o suicídio da revolução».

As razões da demissão de Martins Pereira

No âmbito das posições ultimamente assumidas, em relação à crise governamental, um documento merece destaque pela sua importância: «As razões de uma demissão» — de João Martins Pereira. O secretário de Estado da Indústria apresentou o seu pedido de demissão no dia 14, embora a decisão tivesse sido tomada algumas semanas antes — a gravidade da atitude impôs, porém, «uma observação atenta dos acontecimentos posteriores à publicação do Plano de Acção Política». O artigo de João Martins Pereira — colaborador de «O Jornal» — é uma importante peça para a compreensão do que actualmente se passa em Portugal.

Depois de fazer uma análise da situação no País escreve, a certa altura a propósito do «documento-guia» sobre o poder popular aprovado pelo M. F. A.:

«Dir-se-á que, entretanto, o

M. F. A. aprovou o 'documento-guia' sobre o poder popular. É certo. Trata-se de uma apaixonante prefiguração do que poderá um dia ser uma sociedade socialista. É importante, mas a concretização de tal projecto passa, infelizmente, pelos próximos 3 ou 4 meses. É para ultrapassar estes teria sido indispensável que o M. F. A. fizesse publicamente uma profunda autocrítica. Teria sido decisivo que pronunciasse publicamente uma severa acusação ao Partido Socialista por, em plena crise política, ameaçar com uma paralisação geral do País, e ao Partido Comunista por, no dia 4 de Julho, ter criado artificialmente um clima de tensão que quase prenunciava uma guerra civil (porque ter medo das palavras?). Teria sido importante sacrificar algumas cabeças para reconstituir um prestígio que ele próprio considera abalado».

Diário

Fundador Joaquim Manso

D.L. 8/08/1975



DL

MARTINS PEREIRA

SECRETARIA DE ESTADO DA FUNÇÃO PÚBLICA
SECRETARIA DE ESTADO DA FUNÇÃO PÚBLICA
SR22. RECORDES / 15

Novo Ministério ou nova crise?

Menos de 24 horas antes de tomar posse, o Quinto Governo é precedido por um «documento» que o perturba, indiscutivelmente, na arrancada para a acção. Trata-se de um texto crítico e de uma plataforma política proposta pelos chamados «não radicais»: Melo Antunes, Vítor Crespo e Vítor Alves e Sousa e Castro, mas onde se apoiam opiniões mais extremadas como se conclui pela presença, no grupo dos signatários, do major Aventino Teixeira.

O «documento» — não apoiado por Otelo Saraiva de Carvalho, segundo comunicado nocturno do COPCON e condenado como divisionista em comunicado matutino do Directorio — surge como um prefácio de crise político-militar que daqui em diante será a área de controvérsia da linha e da profundidade de acção governamental. A proposta contestatória terão aderido, entre outros oficiais, dois comandantes de regiões militares — os brigadeiros Franco Charais e Pizarat Correia — e, facto igualmente significativo, ela vem em cima, ainda que indirectamente, da moção do Q. P. da Região Militar do Norte, Centro, Norte e Sul, em termos de estruturação administrativa militar, têm assim presença em destaque nos acontecimentos.

A própria fórmula governamental parece também prejudicada por si mesma e de algum modo comprometida, pela recusa de Otelo Saraiva de Carvalho a assumir o cargo de Vice-Primeiro-Ministro. Com efeito, Otelo sublinhou com grande veemência a disparidade hierárquica, no aparelho de Estado, dos membros do triunvirato a que a Assembleia do M. F. A. entendia dever ser confiada a direcção política do País.

Restava a hipótese de dar ao prof. Teixeira Ribeiro a nomeação de outro ou outros parceiros militares, e avançou-se um nome: o do major Arnão Metelo. Mas poderá Arnão Metelo assegurar no Governo a presença do COPCON nas decisões da administração central? E esse é um dos pontos-base para uma acção

Continua na pág. 20

DL

2

Continuação da pág. 1

governativa actuante e o nó górdio da diplomacia dos futuros bastidores.

Se para os Negócios Estrangeiros foi encontrada uma solução hábil e promissora, dada a experiência e o êxito do dr. Mário Ruivo nas negociações internacionais, já noutros postos ministeriais as definições e as perspectivas se afiguram menos claras e por vezes surpreendentes. A saída de João Cravinho, por exemplo, perturba; e, da mesma forma, não se antevê que a substituição de João Martins Pereira pressagie algo de vantajoso. Contudo aos novos nomes que encabeçam o Comércio Interno e Externo, há que contudo abrir um crédito de esperança e uma caução compreensiva para os problemas que os aguardam num futuro próximo difícil.

Escolhendo um juiz para titular da pasta da Justiça corre-se o risco, acaso voluntário, de se tecnocratizar a política desse Ministério. Certo. Mas tecnocratizar ou burocratizar? A «nuance» importa, a várias razões — é dela que depende muito da «ordenação» de competências e da capacidade executiva daquela pasta.

Noutros casos, as negociações para a constituição do Gabinete recorreram a individualidades da Função Pública — Macaísta Malheiro, Quitério de Brito e Oliveira e Sá: a intenção parece aqui, uma vez mais, de criar sistematização orgânica em sectores cuja acção se revelou descompassada e por vezes anárquica. Meios, saneamento e articulações várias definirão o acerto da decisão.

Do ponto de vista partidário, o M. D. P./C. D. E. será o único sector da coligação a manter as posições no Governo sem diminuição de grau de representatividade — e isso, apesar de se aludir a um «distanciamento» de Pereira de Moura. O mesmo se diria do Partido Comunista, se a presença do secretário-geral Álvaro Cunhal não tivesse um significado carismático que torna relevante o seu afastamento do Governo. Todavia, a designação do socialista independente prof. Teixeira Ribeiro vem contribuir para restabelecer o equilíbrio, como homem que é aberto ao diálogo com marxistas e, entre esses, com especialistas da craveira de Vital Moreira ou Avelãs Nunes, seus ex-alunos em Coimbra.

É pois, numa clima de incerteza que o novo Governo assume responsabilidades. Pede-se-lhe acção, autoridade, engenho diplomático. Mas o problema político-militar prevalece e não se resolve por uma recomposição em si mesma, ainda que meditada, trabalhada — e, à última hora, «contestada». Confiamos na sagesse política das partes divergentes nos centros de decisão da vida nacional para que se crie um imediato ponto de arrefecimento neste capítulo inicial da nova fase do País. Só assim, o Governo pode pôr em prática as suas capacidades. E unir, estabelecer convergência e futuro. Só assim, ele pode assumir a responsabilidade de uma estratégia económica e política que avance um Portugal democrático e pluralista.